



Mulheres negras movendo estruturas: a importância da eleição de Marielle Franco na Câmara Municipal do Rio de Janeiro

Alan Tomaz de Andrade¹; Vanessa Cristina Salvador²

Resumo

Marielle Franco era uma mulher negra, periférica, mãe solteira, militante feminista, representante LGBTQI+ e defensora dos direitos humanos, eleita vereadora do Rio de Janeiro em 2016. Durante seu mandato, pautaram-se questões urgentes como a luta da mulher negra, o direito à vida e à liberdade dos moradores das periferias, a violência policial e o genocídio da população negra no Brasil. Este artigo tem como objetivo analisar seus 14 meses de mandato, listar suas principais ações realizadas neste período e compreender como a vereadora tornou-se um importante símbolo de luta. O referencial teórico pauta-se nos estudos da interseccionalidade entre o racismo estrutural, necropolítica e a segurança pública. A metodologia é construída por Lopes (2014) e utiliza o conceito de níveis de pesquisa, baseado na realidade social do sujeito. Por fim, o resultado da pesquisa mostra como o mandato de Marielle Franco transformou pessoas invisibilizadas pela sociedade em protagonistas.

Palavras-chave: Marielle Franco; necropolítica; Rio de Janeiro.

¹ Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”. Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Mídia e Tecnologia. E-mail: alan.tomaz@unesp.br

² Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”. Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Mídia e Tecnologia. E-mail: vanessac.salvador@gmail.com

GT 03 - Feminismo, políticas públicas e novas estratégias de resistências: de marchas, movimentos e margaridas

Black women moving structures: the importance of the election of Marielle Franco in the City Council of Rio de Janeiro

Abstract

Marielle Franco was a black woman. A single mother from a favela in Rio de Janeiro. A feminist and human rights activist representing the LGBTQIA+ community who was elected city councilor in 2016 elections. During her mandate, she brought up urgent matters such as black women issues, the right to life and to freedom of people in the favelas, police brutality and the black population genocide in Brazil. This article aims to analyze the 14 months of Marielle Franco's mandate, listing her main actions in the period and trying to understand why she has become a symbol for social activism. The theoretical reference is built upon the intersection between structural racism, necropolitics and public safety studies. The methodology was developed by Lopes (2014) and uses the concept of research levels, based on the social reality of the subject. Lastly, the research shows how her role in Rio de Janeiro politics transformed invisible people into protagonists in that society.

Keywords: Marielle Franco; necropolitics; Rio de Janeiro.

Introdução

As eleições brasileiras de 2018 foram marcadas por uma intensa polarização política, principalmente em relação à disputa presidencial. Vale ressaltar que este fenômeno deve ser observado pelo caráter internacionalista da ciência política, uma vez que a ascensão de grupos de extrema direita surgiu em países centrais como Estados Unidos e Alemanha e sua narrativa de ódio aos conjuntos subalternos foram responsáveis por mudar a arena política brasileira. Diante dessa polarização, dois candidatos destacaram-se no pleito: Luiz Inácio Lula da Silva (Partido dos Trabalhadores/PT) e Jair Messias Bolsonaro (Partido Social Liberal/PSL).

Após a prisão do ex-presidente da República no dia 7 de abril de 2018 e a decisão do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) de impugnar sua candidatura à presidência no dia 1º de setembro, Fernando Haddad (PT-

SP) assumiu a liderança da chapa. Contudo, o candidato petista foi derrotado no segundo turno pelo ex-deputado federal Jair Bolsonaro, que foi eleito o 38º Presidente da República.

Entretanto, outro fato importante também marcou o ano de 2018: o assassinato da vereadora carioca Marielle Franco (Partido Socialismo e Liberdade/PSOL) na noite de 14 de março, executada com quatro tiros na cabeça junto ao seu motorista Anderson Gomes após um evento na Casa das Pretas, Rio de Janeiro. É importante ressaltar que passados mais de 900 dias da morte de Marielle, seu caso ainda não foi solucionado. A partir deste fato, construiu-se a hipótese e também a reflexão das estratégias do estado brasileiro, assegurado pela burguesia e a extrema direita, de silenciar vozes que denunciam a política de violência vista historicamente no país, assim como imobilizar o avanço das pautas sociais.

Dessa maneira, o artigo tem como objetivo geral analisar a atuação política de Marielle Franco e compreender por que seu mandato incomodou tanto o *establishment* político brasileiro. Os objetivos específicos partem de um estudo dos quase 15 meses de mandato como vereadora e identificam o que a eleição de uma mulher negra periférica representou no cenário político conservador do Rio de Janeiro em um contexto da necropolítica em curso no país.

Compreendendo o sujeito que se pesquisa: a interseccionalidade e o tipo ideal na figura de Marielle Franco

Em um país onde a violência contra mulheres, população negra, LGBTQI+, periférica é uma constante, faz-se necessário um estudo sofisticado sobre a violência, assim como identificar de que forma o próprio estado contribui para essas narrativas de ódio. Trazendo números do Atlas da Violência 2020, atualmente o Brasil registra a morte de uma mulher a cada 6 horas e 23 minutos dentro de sua própria residência, de um jovem negro a cada 23 minutos e um LGBTI+ a cada 23 horas.

A interseccionalidade é debatida há muito tempo por mulheres negras, mesmo quando ainda não existia essa definição. Oficialmente, o conceito foi cunhado em 1989 por Kimberlé Crenshaw, teórica do Direito e professora da Universidade Columbia. Porém, Angela Davis, ativista estadunidense e professora do Departamento de História da Universidade da Califórnia, já abordava esse tema em 1981 no livro *Mulheres, Raça e Classe*. Considerada uma das obras mais importantes para compreender o feminismo interseccional, Davis analisa as estruturas racistas, sexistas e classistas que ordenam nossa sociedade, pautando como essas questões se entrecruzam e, juntas, geram diferentes formas de opressão.

Interseccionalidade é pensada como uma categoria teórica que focaliza múltiplos sistemas de opressão, em particular, articulando raça, gênero e classe e tem como paradigma teórico e metodológico da tradição feminista negra, promovendo intervenções políticas e letramentos jurídicos sobre quais condições estruturais o racismo, sexismo e violências correlatas se sobrepõem, discriminam e criam encargos singulares às mulheres negras (AKOTIRENE, 2018, p. 18).

Uma das mais importantes características de Angela Davis é sua capacidade de aliar academia e militância, recusando uma suposta neutralidade epistemológica. Com um pensamento que busca romper com as assimetrias sociais, a experiência como ativista aguça seu olhar sobre tal conceito. Assim, a partir da perspectiva de Karl Marx - que enfatiza que o contraditório está no sujeito pesquisado e não na subjetividade do pesquisador - neste artigo o olhar interseccional de Davis e de outras intelectuais mostra-se fundamental para entender a complexidade de Marielle Franco.

Audre Lorde - “mulher negra, lésbica, mãe, guerreira e poeta”, como ela mesma se definia - foi uma feminista interseccional e ativista que pautou a inviabilidade de escolher uma só opressão para lutar.

Dentro da comunidade lésbica eu sou negra, e dentro da comunidade negra eu sou lésbica. Qualquer ataque contra pessoas negras é uma questão lésbica e gay, porque eu e milhares de outras mulheres negras somos parte da comunidade lésbica. Qualquer ataque contra lésbicas e gays é uma questão de negros, porque milhares de lésbicas e gays são negros. Não existe hierarquia de opressão (LORDE *apud* PORTAL GELEDÉS, 2015)

Já a doutora em filosofia da educação Sueli Carneiro (2011) questiona de quais mulheres a sociedade está falando quando se fala em mulheres. A escritora defende que não dá para pensar mulheres como um bloco único, nem pobres e periféricos individualmente. Mulheres negras também são marcadas por questões de orientação sexual, de identidade de gênero e muitos outros aspectos. Então o conceito de interseccionalidade serve como uma importante ferramenta para pensar a sociedade contemporânea.

Por isso, a atuação de Marielle Franco em um espaço de poder tão excludente como a Câmara Municipal do Rio de Janeiro era tão necessária, pois a vereadora vinha de um lugar social cujas diversas vozes foram silenciadas por anos. Para a mestra em filosofia política Djamila Ribeiro (2017), isso é o que representa o conceito de lugar de fala - que diz respeito a um lugar social que determinado grupo ocupa dentro de uma matriz de dominação. Ou seja, todos têm um lugar de fala e podem falar sobre tudo, só que as pessoas vão falar de um lugar distinto, pois estão posicionadas socialmente em lugares diferentes. Assim, Marielle representa um lugar de fala de extrema vulnerabilidade e estruturalmente excluído pela sociedade.

Após compreender o conceito de interseccionalidade e constatar como as violências ocorrem de forma entrecruzada, partimos para a reflexão de como o estado cria a visão de tipo ideal para justificar a violência contra corpos dissidentes e como esse conceito cunhado por

Max Weber é essencial para compreender o motivo de Marielle Franco ser alvo de tanta violência.

Para Weber (1999), a função do tipo ideal é criar uma ferramenta metodológica para compreender a realidade social e criar uma observação racional do problema de pesquisa. Marielle é representada como uma mulher negra, lésbica, moradora da periferia e defensora das pautas de direitos humanos. Historicamente, todos os setores mencionados foram colocados em uma situação de subalternidade e criminalização no Brasil, fazendo com que fossem totalmente excluídos dos setores de decisão - como a disputa política, por exemplo.

Trazer todas as narrativas que Marielle Franco possuía para esse locus é denunciar o princípio da criação de um estado “racista, patriarcal e supremacista branco”, como discute Bell Hooks, e dismantlar a cadeia de privilégios assegurada pela figura da hegemonia do homem branco heterossexual cisgênero de classe média. Ao se propor dismantlar esse “estado de coisa” da política brasileira, assim como denunciar a violência policial contra a população negra e periférica, a vereadora consolida a figura de um tipo ideal que ameaça a manutenção do poder dos conjuntos hegemônicos.

A partir disso, é possível constatar as estratégias utilizadas por esses sujeitos para deslegitimar seu discurso, como a criação de redes de desinformação e de destruição de reputação que acompanharam Marielle, assim como a violência direta que resultou em seu assassinato.

Estruturas que precisam ser movidas: necropolítica e a violência policial no Brasil

Baseado na reflexão foucaultiana de biopoder, o filósofo camaronês Achille Mbembe criou o conceito de *Necropolítica* para denunciar a política de morte que acompanha os grupos acêntricos. Para Mbembe (2018), o estado cria categorias de validação de morte para sustentar as estruturas de poder de uma determinada classe. Sua

reflexão parte da perspectiva de que existem sujeitos que podem viver e outros que devem morrer para a consolidação do poder e de um discurso único.

Neste cenário de guerra onde a 'lógica da sobrevivência' definida por Canetti (*apud* MBEMBE, 2018) prevalece - isto é, onde a população é manipulada a acreditar que precisa exterminar os inimigos internos para sobreviver e garantir seus privilégios - grupos historicamente oprimidos são vítimas constantes do necropoder. E um dos principais agentes a executar essa violência de estado é a polícia militar.

Marielle Franco sempre pautou a questão dos direitos humanos e da violência policial tanto pela perspectiva da violência cometida pela polícia como também contra ela. Por isso, a vereadora posicionava-se a favor da desmilitarização da instituição, o que significa ser contra um modelo em que a polícia é organizada segundo a mesma lógica das Forças Armadas. Ou seja, é organizada em uma estrutura rigidamente hierárquica, treinada para combater inimigos e garantir a soberania do território, em vez de assegurar os direitos civis e a segurança da população.

A primeira forma de violência gerada por esse modelo militarizado é baseada em uma estrutura que legitima a violência de estado. Segundo Luiz Eduardo Soares (2019), a polícia militar precisa ser valorizada e respeitada profissionalmente porque sua capacidade de produzir benefícios para a sociedade pode ser proporcional à produção de tragédias. E isso ocorre porque a instituição tem legitimidade para o uso moderado e comedido da força. Isso dá uma grande responsabilidade aos policiais, que têm em suas mãos o controle de vidas através do uso de armas em casos extremos. Por isso, é importante conscientizar a população e a instituição de que policiais militares são servidores públicos cuja função é a garantia de direitos e a manutenção da vida, e não se utilizar do uso da violência indiscriminadamente.

O segundo aspecto refere-se à estrutura rígida, hierárquica e centralizada da polícia militar típica das Forças Armadas. Assim, a organização da corporação contribui para a negligência dos próprios policiais, obrigando-os a obedecerem a ordens categóricas dos superiores sem direito a qualquer tipo de questionamento ou reivindicação – inclusive podendo ser punidos com prisão administrativa ou até expulsão por desobedecê-las. Os policiais também correm riscos ao serem colocados em situações arbitrárias, seja durante um confronto sem o mínimo respaldo ou alocados em postos em condições precárias. É o que ocorreu nas UPPs, por exemplo.

A Unidade de Polícia Pacificadora (UPP) surgiu como um projeto da Secretaria Estadual de Segurança do Rio de Janeiro, cujo objetivo consistia em instituir polícias comunitárias em favelas a fim de desarticular quadrilhas que agem como estados paralelos e controlam ilegalmente esses territórios. Entretanto, a promotora Gláucia Santana do Ministério Público do Rio de Janeiro, ao receber denúncias de policiais feitas particularmente contra a Polícia Militar, foi a campo verificar as condições de trabalho. O que ela encontrou foram policiais militares trabalhando em condições análogas à escravidão, em contêineres com temperaturas próximas a 50°C à sombra, refrigerado em manutenção, sem condições mínimas de higiene, fazendo suas necessidades no mato, com coletes à prova de balas vencidos, apavorados porque em muitas UPPs estão isolados e acuados sem compreender a sua função efetivamente e em jornadas de trabalho que ultrapassam as previstas para casos excepcionais de crises. “Se a gente tivesse um investimento maior nesse elemento humano, certamente nossos resultados em relação à segurança pública seriam diferentes dos que a gente vive hoje”, afirmou a procuradora em entrevista ao programa Fantástico da Rede Globo, em 2015.

Finalmente, o terceiro ponto diz respeito à carreira única da polícia. Atualmente, o Brasil é o único país do mundo em que a polícia civil - responsável pelo trabalho investigativo - é separada da polícia militar, responsável pelo trabalho ostensivo de campo. É evidente que

esse modelo não funciona, o que tem levado o Brasil a uma rota de equívocos com resultados dramáticos. A solução seria unir essas duas áreas em uma carreira única e oferecer aos profissionais da polícia a formação no ciclo completo, ou seja, os mesmos fariam um trabalho preventivo ostensivo uniformizado e também um trabalho judicial investigativo, melhorando assim as condições de treinamento, de trabalho e, conseqüentemente, o desempenho desses profissionais.

O fato dos profissionais serem militarizados está funcionando como um instrumento de exploração da sua força de trabalho. Esse problema agrava-se quando conciliado com duas outras importantes questões da sociedade brasileira: o racismo estrutural e a desigualdade social. Dessa forma, a segurança pública, o encarceramento em massa, a lei de drogas, a política criminal, entre outros, transformam-se em táticas para agravar essas questões, pois deixam de ser relacionadas à violência e tornam-se estruturais.

Nessa lógica, se a população periférica torna-se vítima do sistema, os profissionais da segurança pública também viram reféns dele. Com salários indignos, a base policial honesta complementa sua renda com trabalhos informais na segurança privada - o que configura uma prática ilegal. Já a base policial mal intencionada aproveita-se da ausência de controle e fiscalização do governo para criar insegurança na população e, assim, vender segurança. Organizados e bem articulados, essas bases transformaram-se em milícias que estão corroendo a cidade do Rio de Janeiro. E assim esses poderes paramilitares armados dominam territórios, cobrando impostos e taxas ilegais sobre todas as atividades econômicas ali existentes - inclusive quanto ao acesso e à ocupação da terra. Neste contexto, prédios em condições precárias e sem bases ideais de sustentação são construídos e acabam promovendo tragédias.

Portanto, a corrupção liga-se aos atentados contra a vida. Esse universo é abastecido com armas do estado, apoio de autoridades, omissão de instituições que deveriam vigiar e punir essas práticas e também com a sua legitimação através de discursos de lideranças

políticas. Atualmente, com a liberação do acesso às armas e às munições pelo governo federal, inclusive com a comercialização de fuzis, as milícias estão se armando com uma segunda arma para serem usadas fora do serviço, ou seja, ilegalmente. E assim o modelo policial está sendo posto a serviço de uma lógica autoritária, violenta e corrupta, que culmina, inclusive, na milicialização da política no Rio de Janeiro.

Como mover as estruturas: análise dos 14 meses de mandato da vereadora Marielle Franco na Câmara dos Vereadores e sua atuação contra a violência de gênero e o genocídio da população negra

Antes de ser interrompida no sentido mais perverso da frase, Marielle Franco teve atuação ativa dentro da Câmara Municipal do Rio de Janeiro. Durante seus 14 meses de mandato, a vereadora encaminhou dez leis ordinárias, uma lei complementar e um decreto legislativo. É importante destacar que mesmo diante das dificuldades encontradas em seu mandato, principalmente pela oposição política de grupos tradicionais, junto à população Marielle subverteu algo que há anos era norma: discordar das políticas conservadoras, iniciar um movimento de enfrentamento à violência contra a população negra e periférica e trazer esses sujeitos para dentro do debate político.

Antes de discorrer sobre os projetos realizados pela vereadora que desestabilizaram a arena política da Câmara dos Vereadores, faz-se necessário compreender qual era a realidade do Brasil e também do Rio de Janeiro em relação à violência. Segundo o *Atlas da Violência 2018*, o Brasil atingiu a marca histórica de 62.517 homicídios em 2016. Nos últimos dez anos, 553 mil pessoas foram vítimas fatais da violência intencional no Brasil. Neste cenário de guerra, a cidade do Rio de Janeiro está demarcada como uma das que mais registra números de homicídios no país. O *Atlas da Violência* registra 62.517 homicídios no ano de 2016, dos quais 6.053 concentraram-se no Rio de Janeiro. Esses números nos trazem um percentual de 19,5% do total de mortes do país, colocando o Rio de Janeiro na rota dos estados que mais mata no

Brasil. Outro dado que também é importante destacar diz respeito ao número de mortes decorrentes da intervenção policial. O *Atlas da Violência* revela a perversa estatística de 1.374 mortes decorrentes de intervenção policial no Brasil, sendo que 538 delas concentraram-se no Rio de Janeiro.

Enquanto ativista social e defensora dos direitos humanos, Marielle denunciava que esse histórico de mortes tem cor e que a intervenção policial tinha como alvo as periferias. Neste sentido, é importante reforçar em números o genocídio da população negra por meio do Atlas da Violência e compreender o que a vereadora tinha como uma de suas principais pautas. Levando em consideração os números da violência contra pessoas negras no Brasil, em especial no Rio de Janeiro, Marielle Franco buscou priorizar pautas que caminhassem rumo à superação do genocídio da população negra e também da violência contra as mulheres.

Neste contexto, entre as mais importantes pautas encontram-se a Lei nº 6.415 de 4 de outubro de 2018, que cria a campanha permanente de conscientização e enfrentamento ao assédio e à violência sexual no município do Rio de Janeiro; a Lei nº 6.394 de 4 de setembro de 2018, que cria o dossiê mulher carioca, responsável por criar estatísticas periódicas sobre as mulheres atendidas pelas políticas públicas sob ingerência do Município do Rio de Janeiro; a Lei nº 6.389 de 27 de agosto de 2018, que inclui o Dia da Tereza de Benguela e da Mulher Negra no Calendário Oficial da Cidade do Rio de Janeiro, consolidado pela Lei nº 5.146/2010; e a Lei nº 6.357 de 14 de maio de 2018, que Inclui o Dia Municipal de Luta Contra o Encarceramento da Juventude Negra no Calendário Oficial da Cidade consolidado pela Lei Nº 5.146/2010.

Neste momento, reforça-se a importância da forma como Marielle Franco fazia política: com o povo. Este elemento é fundamental para que se alcance um cenário político onde todas as vozes sejam ouvidas e todas as realidades sejam pautadas, principalmente em um momento de fragilidade e brutais ataques à democracia brasileira.

Djamila Ribeiro (2017) reflete sobre a importância de sujeitos subalternos construir novas narrativas e táticas de luta para barrar a violência direta, estrutural e cultural, que é arquitetada principalmente pelo estado. Outra característica fundamental de seu pensamento é a operacionalização técnica deste ideal, que deve ocorrer de forma coletiva.

Pensar em feminismo negro é justamente romper com a cisão criada numa sociedade desigual, logo é pensar projetos, novos marcos civilizatórios para que pensemos em um novo modelo de sociedade (RIBEIRO, 2017, p. 14).

A partir das teorias cunhadas principalmente pelo movimento feminista, Marielle deu início a um novo modelo de atuação política, inspirando o crescente número de mandatos coletivos. Entende-se por mandatos coletivos: iniciativas da sociedade civil de articulação de sujeitos que compartilham de um ideal e, desta forma, concentram diversas vozes para criar chapas mais representativas. De acordo com a plataforma de ensino político popular *Politize!*:

Nesse modelo, o político se compromete a dividir seu gabinete e mandato com uma rede de pessoas voluntárias, compartilhando sua gestão e votando de acordo com as deliberações desse time. Dessa forma, o representante abre espaço para ações e posicionamentos mais plurais, que tendem a neutralizar interesses particulares (XAVIER, 2019).

No Brasil, entre seus precursores encontra-se a Bancada Ativista, eleita para o Poder Legislativo do Estado de São Paulo na disputa eleitoral de 2018, deixando assim um grande legado para que surgissem outros mandatos coletivos também nas eleições municipais - como a Bancada Feminista eleita na cidade de São Paulo em 2020.

Por isso, as contribuições de Marielle Franco são compreendidas como sementes. A forma como a vereadora enfrentou a ordem eurocêntrica da sociedade brasileira fundou um movimento de novos ativistas atentos à defesa dos direitos humanos e também da garantia

de sua aplicabilidade. Realidade que após ser alterada, jamais voltará ao seu estado inicial.

Método e metodologia

Para composição deste estudo, utilizamos como método o materialismo histórico dialético marxista. A escolha justifica-se pelo aporte fornecido para compreensão de que o atual sistema político e econômico interfere diretamente na vida de grupos sociais periféricos e que essas violências são fruto de uma construção histórica de violências que deve ser denunciada e combatida.

A metodologia utilizada é baseada nos estudos de Maria Immacolata Vassallo de Lopes (2014) e suas contribuições para pesquisa em comunicação. Neste conceito, a pesquisa é dividida por fases, sendo assim, no nível epistemológico deste estudo, partimos do conceito de tipo ideal weberiano para delimitar o sujeito de pesquisa. No nível teórico, foi utilizado o conceito de interseccionalidade e necropolítica para compor a ruptura epistemológica do assunto pesquisado. O nível metódico é marcado pelo texto dissertativo argumentativo, onde a causalidade é múltipla (por se tratar de estudo que debate interseccionalidade), de variável dependente (já que os fenômenos sofrem interferência de diversos fatores para se chegar a um resultado) e sua causalidade é qualitativa (uma vez que se pesquisa a performance das relações sociais). O nível técnico é fundamentado por meio do estudo de caso do tempo de mandato da vereadora Marielle Franco, suas contribuições para o avanço das pautas de direitos humanos e a denúncia da necropolítica e da violência policial contra sujeitos periféricos.

Considerações finais

Por tudo que foi apresentado, Marielle Franco encaixa-se no conceito de tipo ideal dentro de um contexto necropolítico por carregar

diversas opressões em si: mulher, negra, periférica, mãe solteira, lésbica, de esquerda, defensora dos direitos humanos, fruto de ações afirmativas e mestra em administração pública por uma universidade federal, cuja dissertação expôs a violência policial das UPPs na periferia do Rio de Janeiro. Com isso, sua militância e seu mandato provocaram a ira tanto do *establishment* político, como também das forças militares e paramilitares do Rio de Janeiro.

Mesmo após o assassinato, sua imagem continua sendo usada por grupos extremistas para aprofundar a polarização política no país em um cenário onde o ódio é cada vez mais associado à política. Sua execução, aliás, não foi só resultado da política de morte e do projeto de higienização social do estado, mas também contribuiu para a legitimação da impunidade e do aumento do medo da população. Afinal, se uma vereadora eleita foi vítima dessa violência, quem estará a salvo?

Durante o mandato, foi possível analisar o comprometimento de Marielle Franco para redução das desigualdades, garantia dos direitos humanos, representatividade de grupos sociais vulneráveis, assim como intervir e denunciar a necropolítica em curso no Brasil desde sua colonização em uma atuação combativa que se eternizou na célebre declaração “Não serei interrompida!”. É importante ressaltar que, mesmo tendo seu mandato interrompido, Marielle elencou papel de protagonismo dentro da Câmara Municipal do Rio de Janeiro durante seus 14 meses de atuação, aprovando 12 projetos de lei de sua autoria em um cenário político conservador e opressor.

Se a sua trajetória foi interrompida por um assassinato brutal ainda sem desfecho judicial e marcado por contradições nas investigações, sua luta também deu origem a sementes que multiplicaram sua voz e que seguem no enfrentamento em diversas localidades do país. Como afirmou Lélia Gonzales: “Nós não compartilhamos só a dor, a gente também compartilha legados de luta e de resistência”. Marielle, presente.

Referências

- AKOTIRENE, C. *O que é interseccionalidade?* Belo Horizonte: Letramento, 2018.
- ALEXANDER, M. *A nova segregação: racismo e encarceramento em massa*. Tradução Pedro Davoglio. São Paulo: Boitempo, 2018.
- ALMEIDA, S. L de. *O que é racismo estrutural?* Belo Horizonte: Letramento, 2018.
- CARNEIRO, S. Enegrecer o Feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. *Portal Geledés*. Disponível em: https://www.geledes.org.br/enegrecer-o-feminismo-situacao-da-mulher-negra-na-america-latina-partir-de-uma-perspectiva-de-genero/?gclid=EAIaIQobChMIqMu%20I_B6wIVIYWRCh2ewQv7EAAAYASAAEgIjW_D_BwE. Acesso em: 29 jul. 2019.
- DAVIS, A. *Mulheres, raça e classe*. Tradução de Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2016.
- FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. *Atlas da Violência 2019*. Brasília: Rio de Janeiro: São Paulo: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Fórum de Segurança Pública, 2019. Atlas. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatorio_institucional/190605_atlas_da_violencia_2019.pdf. Acesso em: 29 jul. 2019.
- FRANCO, M. *UPP: a redução da favela a três letras*. São Paulo: n-1 edições, 2018.
- HOOKS, B. *Ensinando a Transgredir*. Tradução de Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo: WMF Martins Fontes; 2017.
- LOPES, M.I.V. *Pesquisa em comunicação*. São Paulo: Loyola, 2014.
- LORDE, A. Não existe hierarquia de opressão. *Portal Geledés*. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/nao-existe-hierarquia-de-opressao/>. Acesso em: 29 jul. 2019.

MBEMBE, A. *Necropolítica*. Tradução de Renata Santini. São Paulo: n-1 edições, 2018.

RIBEIRO, D. *O que é lugar de fala?* Belo Horizonte: Letramento, 2017.

SOARES, L. E. *Desmilitarizar: segurança pública e direitos humanos*. São Paulo: Boitempo, 2019.

WEBER, M. *A “objetividade” do conhecimento nas ciências sociais*. Tradução de Gabriel Cohn. São Paulo: Ática, 2006.

XAVIER, B. Mandato Coletivo: uma nova forma de compor um gabinete. *Politize!*, 2019. Disponível em: <https://www.politize.com.br/mandato-coletivo/>. Acesso em: 31 ago. 2020.